

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012044-46.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**  
Requerente: **TALITA PALHARES ALVES RODRIGUES**  
Requerido: **Vivo S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

A autora almeja exibição de gravação de conversa telefônica mantida com um terceiro, em data que especificou.

A ré em contestação salientou que não é possível a exibição de qualquer conteúdo de conversas telefônica porque sob hipótese alguma realiza a gravação e o armazenamento de conteúdo das conversas telefônicas de seus clientes, por expressa vedação legal.

O quadro delineado conduz à improcedência da ação.

Com efeito, a ré não pode ser imposto a ré a obrigação de exibir tal conteúdo de ligação telefônica, pois essas são protegidas por normas legais inclusive Constitucionais.

A gravação previa de conversa telefônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

necessariamente depende de autorização judicial e fica a cargo da autoridade policial em fazê-la.

Por tudo isso, não vislumbrando amparo à pretensão deduzida, sua rejeição é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 14 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**